

Artigo recebido em 03/03/2023 e aprovado em 18/04/2023

O usuário ou consumidor/produtor e o espectador emancipado: um diálogo possível entre Michel de Certeau e Jacques Rancière?***

Resumo:

Michel de Certeau e Jacques Rancière são dois nomes significativos ao se pensar na recuperação dos sujeitos comuns enquanto atores sociais como elemento para a escrita dos saberes das humanidades perante abordagens que, muitas vezes, não os levavam em consideração. Ainda que ambos tenham tomado diferentes objetos como temas de suas pesquisas, acreditamos que algumas de suas obras permitem uma aproximação para possíveis diálogos. Neste sentido, elegemos as categoria de espectador emancipado, oriunda da obra homônima de Rancière e de usuário ou consumidor/produtor, da obra *A invenção do cotidiano*, de

*Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis. Membro do Grupo de Pesquisa IDA (Infâncias, Docências, Alteridade).

**Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Petrópolis. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação.

***Este trabalho foi financiado pelo CNPq por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC).

Michel de Certeau. Para a elaboração deste texto, optamos por apresentar o contexto francês da segunda metade do século 20. Em seguida, apresentamos as categorias configuradas por esses dois autores (espectador emancipado e usuário ou consumidor/produtor) para, então, compreender as similitudes e diferenças entre seus pensamentos.

Palavras-Chave: Michel de Certeau. Jacques Rancière. Cultura.

Abstract:

*Michel de Certeau and Jacques Rancière are two significant names when thinking about the recovery of ordinary subjects as social actors as an element for the writing of humanities knowledge in the face of approaches that often did not lead them in consideration. Although both have taken different objects as themes for their research, we believe that some of their works allow for an approximation for possible dialogues. In this sense, we chose the category of emancipated spectator, from the homonymous work by Rancière and user or consumer/producer, from the work *The practice of everyday life*, by Michel de Certeau. For the elaboration of this text, we chose to present the french context of the second half of the 20th century. Next, we present the categories configured by these two authors (emancipated spectator and user or consumer/producer) in order to understand the similarities and differences between your thoughts.*

Keywords: Michel de Certeau. Jacques Rancière. Culture.

1. Introdução

O artigo tem como objetivo propor reflexões acerca da recuperação dos sujeitos a partir do pensamento de Jacques Rancière e Michel de Certeau. Mesmo que ambos tenham tomado diferentes objetos como temas centrais em suas pesquisas – Rancière concentrando-se em política e estética; Certeau, na cultura e política das práticas cotidianas – acreditamos que algumas de suas obras permitem uma aproximação para possíveis diálogos. Referimo-nos, principalmente, às obras *O espectador emancipado* (2012), de Rancière e *A invenção do cotidiano* (1994), de Michel de Certeau, notadamente a partir das categorias de espectador emancipado e usuário ou consumidor/produtor, propostas nas respectivas obras.

As contribuições de Rancière para o campo da educação têm recebido destaque, sobretudo, pela história de Joseph Jacotot, pedagogo francês cujas experiências pedagógicas, esquecidas no século 19, são rememoradas em *O mestre ignorante* (2020). Abordando a emancipação intelectual, Rancière nos apresenta em seu livro “um tumultuoso espelho que retrata tanto o que temos feito da pedagogia e o que a pedagogia tem feito conosco, quanto reflete o que não temos feito da pedagogia e o que a pedagogia não tem feito conosco” (SKLIAR, p. 231). Já as contribuições de Michel de Certeau encontram-se na articulação entre cultura e educação, sendo uma de suas preocupações o papel da escola e do ensino diante dos meios de comunicação de massa, bem como a chegada da “massa” às escolas e universidades (CERTEAU, 2012). No Brasil, seu pensamento também se faz presente nas pesquisas ligadas à história da educação, cultura escolar (VIDAL; FILHO, 2003; VIDAL, 2009) e nas pesquisas com o cotidiano, que buscam “dar conta da dimensão criadora da vida e, principalmente, da vida em sociedade, e dos diferentes modos de

existência humana produzidos nos e produtores dos múltiplos *espaçostempos* em que ela se inventa e se realiza, dia após dia” (FERRAÇO; SOARES; ALVES; 2018, p. 90 – grifo no original).

Para disposição do texto apresentamos três seções: a primeira busca apresentar alguns dos principais aspectos que influenciaram os debates na França em meados do século 20, cuja pluralidade de ideias e ações políticas tiveram um significativo impacto na formulação teórica e filosófica de Certeau e Rancière. A segunda parte busca apresentar os principais aspectos percebidos na construção das categorias de usuário ou consumidor/produtor, proposta por Certeau, e de espectador emancipado, proposta por Rancière. A partir dessas considerações, busca-se, por fim, compreender os pontos de encontro e desencontro entre os princípios teórico-filosóficos de ambos.

2. *Um cenário de encontro e desencontro: a intelectualidade francesa e os movimentos libertários de meados do século 20*

As seguidas guerras mundiais, como escreveu Walter Benjamin (1994, p. 198), marcadas pelo corpo humano diminuto e exposto ao extermínio na planície de destroços onde apenas as nuvens, suspensas, poderiam equiparar-se ao permanente, comporiam a era da catástrofe na primeira metade do século 20. A memória do genocídio e das explosões atômicas que transformaram cidades em poeira encontrou no pós-guerra a tensão com a “era de ouro”. A partir da década de 1950, a expansão do crédito como novo valor e a política econômica de inspiração keynesiana, impulsionando a atuação dos Estados Unidos na reconstrução da Europa devastada, possibilitaram um acentuado crescimento na economia dos países de capitalismo avançado e estabeleceram o consumo em massa, dissolvendo as

claras delimitações do que, antes, seria o “proletariado” (MATTOS, 2005; HOBBSAWM, 1995).

Desse outro cenário configurado na metade do século, uma onda de consumidores e marginalizados espalhados pelas vias da “cidade grande” deu prosseguimento à dissolução do campesinato. Nessas vias, novas ocupações exigiam alfabetização em massa e educação superior, quadro sempre em tensão com a democratização do acesso às escolas e universidades. Essas instituições, porém, não se encontravam preparadas para a chegada dessa massa de estudantes que, nascidos no pós-guerra, não encontravam na “era de ouro” um motivo de base comparativa para o contentamento com “tempos melhores”, mas sim um ímpeto revolucionário e contraditório em direção à possibilidade de “tempos melhores ainda” (HOBBSAWM, 1995, p. 235-236).

A ebulição de eventos marcados pelo predomínio de ideias e ações políticas “libertárias”, dadas suas diferenças, interligava tanto os países do norte quanto os do sul global. No chamado “Terceiro Mundo”, os países colonizados entravam em diversos processos de luta por libertação. Essas lutas pela conquista da independência ensejaram revoluções e reformas populares. Também a periferia dos grandes centros capitalistas se movimentava: ampliação dos direitos civis e igualdade de gênero encontravam os movimentos de homens e mulheres negras, bem como manifestações contra a Guerra no Vietnã.

Esses seriam os ingredientes da revolução cultural marcada por levantes estudantis e movimentos operários, culminando no que se convencionou chamar, “Maio de 68”. Questionando o Estado, a família nuclear, a escola e a universidade, o movimento da “cultura jovem” foi caracterizado por Eric Hobsbawm (1995, p. 250) como a revolução cultural que parte do subjetivo, de núcleos como a família e a casa, e de conflitos entre os sexos e as

gerações, unindo a luta por liberdade individual com a luta por liberdade social (p. 159). O levante dos jovens foi incentivado, principalmente, pelo questionamento da autoridade familiar e universitária, como vinha sendo estruturada até então, bem como dos autoritarismos que emanavam tanto do leste quanto do oeste, em plena Guerra Fria. Alinhados à luta da classe operária, denunciavam as instituições educacionais e o papel elitista que cumpriam na reprodução das estruturas sociais de opressão (VIDAL; SALVADORI; COSTA; 2019, p. 5).

O acesso à educação, nesse sentido, passou a não ser encarado como promotor de igualdade e essa problemática foi sendo delineada como um desafio à intelectualidade francesa, sobretudo no que diz respeito às formas de análise predominante das ciências humanas da época: o estruturalismo (WOODWARD, 2016, p. 105). Segundo Diana Vidal *et al* (2019, p. 6), as principais implicações dessa discussão teórica nas humanidades encontravam-se na reinterpretação dos escritos de Marx e Engels e na volta do sujeito como ator social; no destaque da teoria e do movimento feminista e dos trabalhos de Lacan sobre a psicanálise freudiana; bem como na releitura de Saussure, realizada por Derrida; e na análise do humanismo moderno, realizada por Foucault.

Quando jovem, Rancière integrou um grupo de estudantes na Escola Normal Superior francesa que se constituía em oposição a uma esquerda vista como “conciliadora”, impregnada por ideais pequeno-burgueses. Esses jovens, aos quais o autor se juntou, também buscavam conquistar autonomia enquanto movimento estudantil e maior articulação com a classe trabalhadora, propondo um comunismo “mais científico”. Nos anos 1960, passou a integrar o grupo de estudos liderado por Louis Althusser, cujo objetivo era o estudo que fosse “De O Capital à Filosofia de Marx”. Esse estudo teve como resultado o livro *Ler O Capital* (ALTHUSSER et al. 1979), composto por textos de Althusser e de outros pesquisadores, incluindo Rancière.

Ao reler os próprios textos posteriormente, Rancière teceu suas próprias críticas ao pensamento althusseriano. Como afirma Vojniak (2018, p. 347), Rancière “acusa Althusser de não ter apresentado a ideologia como o lugar de uma luta, de uma divisão, mas como uma totalidade unificada. A luta de classes na ideologia, isto é, a ideologia como lugar de disputa, será esquecida por Althusser”. O que pretendia ser uma leitura estritamente científica dos escritos de Marx recebeu diversas críticas que denunciavam suas análises estruturalistas que, além de se arriscarem na possibilidade de justificar o stalinismo, acabavam na imobilização de qualquer ação humana, principalmente por sua interpretação de conceitos como classe e ideologia (THOMPSON, 2021; COUTINHO, 1972).

Afastando-se de Althusser, Rancière seguiria pelas veredas do sujeito e da emancipação como objetos de reflexão, aproximando-se cada vez mais dos trabalhadores. Suas pesquisas o levaram a se contrapor ao estruturalismo de outro autor francês, Pierre Bourdieu, para quem a cultura escolar, em pleno acordo com a cultura dominante, reproduzia as desigualdades sociais refletidas nos gostos, nas experiências estéticas, nas práticas culturais e na apropriação de seus bens (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Para além de reconhecer a desigualdade, Bourdieu denunciava o reprodutivismo da educação e propunha que a pedagogia racional, em conjunto com a sociologia das desigualdades, seria capaz de reduzi-la. Neste sentido,

Em nome de uma igualdade futura, Althusser e Bourdieu tiveram de pressupor uma desigualdade primeira. A desigualdade entre o intelectual e as massas operárias e estudantis para um e a desigualdade entre os distintos herdeiros e os estudantes filhos de operários, para outro (Vojniak, 2018, p. 370).

No lugar de uma “desigualdade primeira”, Rancière propõe a igualdade como princípio. Não como algo a ser alcançado, mas como aquilo que já se faz presente em cada indivíduo, em sua capacidade intelectual. Ao contrário da educação ou arte emancipadora, responsável por manter e reproduzir as distâncias entre educador-aluno/artista-público, o autor estabelece a igualdade das inteligências centrando-se nos objetos de conhecimento ou estéticos, os quais medeiam as relações entre os sujeitos, mantendo-se a distância na qual as diferenças são produzidas.

Michel de Certeau foi descrito como um dos primeiros a ultrapassar as tradicionais fronteiras entre disciplinas (AVELAR; BENTIVOGLIO, 2016). No início de sua carreira acadêmica, interessou-se pelo campo da religião e do misticismo, mas, a partir dos acontecimentos que culminaram nos movimentos de maio de 1968, passou a tomar a ação cultural e política como central em seus estudos.

Desenhando a “paisagem” de sua pesquisa, Certeau concebe a politização das práticas cotidianas voltando-se para os consumidores e usuários, em tensão com a análise de dados estatísticos que predominava na maioria dos estudos voltados para a distribuição e consumo dos bens culturais. Seu pensamento encontrará em Foucault, sobretudo em *Vigiar e Punir* (2014), e em Bourdieu (1992), as afinidades e oposições que lhe serviram de propostas teóricas.

No caso de Foucault, o autor encontrará questões análogas e contrárias: uma vez que os dispositivos de vigilância encontram-se em toda parte nas relações sociais, estabelecendo uma rede de minúcias do saber-poder em discursos e práticas, cabe questionar por que a sociedade como um todo não se reduz a ela (CERTEAU, 1994, p. 41). Se a microfísica do poder se encontra nos detalhes do cotidiano, é também aí que os usuários desferem seus “golpes” em meio ao lugar imposto pelo poder disciplinar.

Já no caso de Bourdieu, Certeau encontrará analogias apenas nos problemas abordados, como a escola e a sociedade midiática, e contraposições em toda sua *Teoria das Práticas*. Isto porque, ao tentar teorizar as diferenças entre classes e o papel da instituição escolar na reprodução das desigualdades, sobretudo por meio das práticas culturais, os conceitos desenvolvidos por Bourdieu, sobretudo o de *habitus*, em vez de alcançar o objetivo de análise centrado nas estruturas, acabam dando apenas “outra volta no parafuso” (LEITE, 2010, p. 741-742). Como aponta Leite (2010, p. 744),

no jogo da interiorização das estruturas mediante a aquisição (processo educacional) e na exteriorização processual dessas estruturas adquiridas por meio do *habitus*, as práticas e estratégias de ação tendem, logicamente, a dar sustentação às estruturas, imprimindo-lhes as necessárias regularidades sociais. Embora o *habitus* não predefina o conteúdo das ações (uma vez que consistem em disposições), ele delimita, contudo, a forma.

Para Certeau, ao contrário de repetição e operações mecanizadas, irrefletidas, o cotidiano é espaço de relações de poder e de invenção. Ao compreender o cotidiano como divisão desigual entre lugares de estratégias e espaços de táticas, o autor retira o foco dos objetos de conhecimento ou estéticos, voltando o olhar para as práticas e os usos que os sujeitos ordinários, movimentando-se no cotidiano, fazem dos objetos que lhes são impostos, não só a partir das instâncias industriais ou ditas “populares” e “de massa”, mas também os considerados como “alta cultura”. Para Certeau, a diferença é produzida também na distância que, independente do objeto, faz-se a partir dos usos, da invenção nas práticas do cotidiano.

Este contexto pode ser apresentado como parte do quadro de encontro e desencontro entre Michel de Certeau e Jacques Rancière, para além da nacionalidade. A agitação de ideias e

ações políticas e culturais que marcou a metade do século terá forte influência sobre os posicionamentos e elaborações teórico-filosóficas de ambos, atravessando os diversos objetos de reflexão por eles abordados, como a filosofia, a história, a cultura, a política, a estética, a arte, educação e, em especial, as reflexões acerca da recuperação da agência dos atores sociais diante da anunciada totalidade da sociedade do consumo.

3. *Entre a cultura e a estética, a política: as táticas do cotidiano e a igualdade das inteligências*

Uma das questões que abre *A invenção do cotidiano* (1994), de Michel de Certeau, encontra-se nas relações de poder e na imposição cultural sofrida pelos povos indígenas à época da colonização. Invertendo a lógica das perguntas acerca do processo de aculturação, diz Certeau:

Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o “sucesso” dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outras coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Eles eram **outros**, mesmo no seio da colonização que os assimilava exteriormente. (CERTEAU, 1994, p. 39 – grifo nosso).

Como “se cria” dentro do espaço que impõe homogeneidade? Voltando-se para as dinâmicas de seu tempo, Certeau tece a mesma questão a respeito do Outro dentro das instituições escolares e na sociedade midiática. Para além de grupos minoritários marginalizados, a cultura ordinária é caracterizada por uma massa, grande quantidade amorfa, que não pelos

números, permanece à margem, ocupando o lugar do consumo em lógica de análise que focaliza as armadilhas da produção somente consumida. Isto porque na oposição estabelecida entre produção e consumo, aquela é interpretada como campo da ação, enquanto este pertence, tão somente, ao campo da passividade e, no que diz respeito às mercadorias culturais e ao trabalho, da alienação. É a partir do binômio produção-consumo que Certeau subverte as divisões da produção cultural, inserindo-as também na dimensão relegada ao lugar de consumidor.

A partir desse ponto, a cultura ordinária e o homem ordinário, o usuário ou consumidor/produtor, entram na cena de suas reflexões. Para Certeau, muitas pesquisas de base estatística já haviam analisado os “bens culturais”, os sistemas de produção e de distribuição, mapeando o número de consumidores e os percursos de difusão desses objetos. Porém, as estatísticas não eram capazes de dizer qualquer coisa sobre as operações realizadas pelos consumidores com os objetos que lhes chegavam (1994, p. 93), sendo preciso lançar o olhar para as “maneiras de fazer”, ou seja, como as operações dos usuários desviavam-se da lógica daquilo que se apresentava de forma impositiva.

Essas “maneiras de fazer” encontram-se no cotidiano, não como esfera da rotinização ou da reprodução como expressão estática das estruturas de opressão, mas como espaço possível da criação que se opera sobre o lugar dado. Para fazer essa análise da cultura, Certeau toma de empréstimo, inspirado pelo contexto da Guerra do Vietnã (FERRAÇO, p. 14), as categorias analíticas de *tática* e *estratégia*, compondo o modelo polemológico, que permitiria especificar as operações e as astúcias dos sujeitos ordinários na cultura. Ou seja, a produção do usuário ou consumidor/produtor. Assim, a estratégia caracteriza-se como

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e

poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (p. 99)

As estratégias podem ser interpretadas, portanto, como o estabelecimento de um “lugar” do qual, através de um saber-poder, circunscreve-se um Outro, aquele externo, o que não pertencente, um “lugar” do qual é possível exercer a prática de vigia, o panoptismo, nas linhas apresentadas por Michel Foucault. Esse “lugar” marca, portanto, a vitória sobre o tempo. O tempo, que é fugidio, incerto, circunscrito pela capacidade de assaltar o social e o cultural pela ordem do imprevisto histórico, é vencido a partir de recortes do ambiente e da legitimação do poder anterior ao saber, escrevendo ou circunscrivendo, assim, a história. A estratégia é o poder dos fortes, a qual impõe aos homens ordinários uma ordem pré-estabelecida, originando circunstâncias nas quais as astúcias penetram, amiúde, sem a intenção de dominar.

Essas astúcias, por sua vez, pertencem à força dos fracos, daqueles sem nome, os ordinários. À força dos fracos corresponde a tática que, segundo Certeau, caracteriza-se como

ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força que lhe é estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do “campo de visão do inimigo” e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si

mesma um projeto global nem de totalizar o adversário no espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (p. 100)

A tática é, assim, a vitória do tempo. Desprovidos de um lugar que permita delimitar as estratégias, ou escrever a história, os sujeitos esperam pelo momento no qual as astúcias emergem, ao passo que se movimentam no território que foi anteriormente organizado. À tática corresponde o espaço, configurado pelos sujeitos a partir do movimento que, como operação de caça, é traçado na errância. A menor distração do panóptico é aproveitada na ocasião, na distância, pela diferença produzida de imediato por meio das práticas, das “maneiras de fazer”.

A arte de fazer, para Certeau, encontra-se nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, nas ruas das grandes cidades. A partir da organização anterior dos lugares ou dos objetos que chegam a esses usuários, há um intervalo não captado pelas análises estatísticas, intervalo no qual esses sujeitos “recolhem os fragmentos da cultura e realizam sua própria síntese intelectual que, mesmo ausente no discurso, encontra-se na própria decisão” (p. 47), nas ‘maneiras de fazer’ algo com e do objeto imposto (p. 47). Nisso se dá uma epistemologia da distância: distância entre produtor do objeto, o próprio objeto produzido e o sujeito consumidor, na qual os usos produzem diferenças que desferem seus golpes, silenciosamente, contra os efeitos captáveis nos objetos (CHARTIER, 1996).

A politização dessas práticas culturais, ao contrário da perspectiva que concebe a política apenas a partir de lugares pré-determinados, instaura-se a partir das maneiras de conversar, de cozinhar, de ler, de trabalhar, de caminhar, ultrapassando as linhas que dividem trabalho e lazer, para além, também, do

previsível incutido na identidade relegada, de fora, aos sujeitos que realizam essas atividades.

As “maneiras de fazer” também estão presentes no pensamento de Jacques Rancière. A partir do sistema denominado como “partilha do sensível”, o autor estabelece que política e estética sempre foram indissociáveis: sensível, pois constituído de “evidências sensíveis”, aquelas que compõem o campo da experiência; partilha, designando um “comum”, o que se constitui como sentido de comunidade, e as “partes exclusivas” desse comum, no sentido de divisão, que dão forma à comunidade. Assim, “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum, em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (RANCIÈRE, 2009, p. 16).

Para o autor, “algo é político, porque há um encontro da partilha desigual com a igualdade primeira” (RANCIÈRE, 2018, p. 46). O princípio de desigualdade é instaurado a partir da partilha do sensível que busca estabelecer relações entre esses lugares, os corpos que os ocupam, as ocupações exercidas por esses corpos e as “maneiras de fazer”, de dizer e de ver, bem como aqueles que têm ou não capacidade para isso. Estabelecendo a igualdade como princípio, a política passa a não ser exercida como luta por participação, visibilidade e voz em tensões exercidas nas relações de poder entre superiores e inferiores, dominantes e dominados, mas sim na capacidade do qualquer em tomar a palavra, apresentar-se em outro espaço que não o instituído, tornando-se visível, redistribuindo a partilha do sensível ao passo que faz, diz e vê o que, na partilha anterior, não lhe cabia ser feito, dito ou visto.

Em *O espectador emancipado* (2012), Rancière toma a arte como objeto central para tecer suas considerações acerca do que denominou de o “paradoxo do espectador”: sem espectador o teatro não é possível, ao passo que o lugar ocupado pelo espectador é visto como um “mal”, sendo este atribuído a duas principais razões:

Primeiramente, olhar é o contrário de conhecer. O espectador mantém-se diante de uma aparência ignorando o processo de produção dessa aparência ou a realidade por ela encoberta. Em segundo lugar, é o contrário de agir. O espectador fica imóvel em seu lugar, passivo. Ser espectador é estar separado ao mesmo tempo da capacidade de conhecer e de poder agir. (p. 8)

Antes de abordar o desenvolvimento do autor acerca desse “mal”, bem como a sua proposta de saída do paradoxo, é preciso retornar a outra obra que trata da emancipação intelectual: *O mestre ignorante* (2020). Neste livro, Rancière apresenta a história de Joseph Jacotot. Revolucionário na França em fins do século 18, o pedagogo viveu uma verdadeira “aventura intelectual” ao ser exilado nos Países-Baixos e se encontrar, como professor na Universidade de Louvain, diante de alunos que nada sabiam do francês, assim como ele nada sabia do holandês. Ao descobrir uma edição bilíngue de *Telêmaco*, de Fénelon, o professor pede aos alunos que, simplesmente, leiam. Sem precisar mobilizar qualquer atitude referente ao que chamará de “mestre explicador”, Jacotot é surpreendido pelos alunos, que muito bem desenvolveram seus conhecimentos na língua francesa, apenas olhando as palavras do idioma desconhecido, relacionando-as ao já conhecido (o holandês) e, assim, elaborando frases “de escritores”, não de “iniciantes”.

O que leva Rancière a se interessar pela história de Jacotot e a escrever o livro é também a conclusão deste: a igualdade é princípio de todo ato educador cujo objetivo seja a emancipação dos sujeitos. Ao contrário do “mestre explicador”, que busca diminuir a desigualdade percebida entre professor e aluno, não só no que diz respeito ao que este sabe, mas também a como sabe e como chega a saber; o “mestre ignorante” é aquele que, tomando a igualdade das inteligências como princípio, permite ao aluno aventurar-se no caminho da descoberta, comprometido em ver, dizer o que vê, relacionar o que vê com outras coisas conhecidas,

comprovando o que viu e relacionou a partir do próprio objeto visto. Assim, um ignorante pode ensinar a outro o que nenhum dos dois sabe, uma vez que “não há ignorante que não saiba uma infinidade de coisas” (p.11).

E mais, a experiência de Jacotot não era, somente, uma experiência do princípio de igualdade entre as inteligências, era também uma experiência de “vontade”, pois

ele somente lhes havia dado a ordem de atravessar uma floresta cuja saída ignorava. A necessidade o havia constrangido a deixar inteiramente de fora sua inteligência, essa inteligência mediadora do mestre que une a inteligência impressa nas palavras escritas àquela do aprendiz. E, ao mesmo tempo, ele havia suprimido essa distância imaginária, que é o princípio do embrutecimento pedagógico. Tudo se deu, a rigor, entre a inteligência de Fénelon, que havia querido fazer um certo uso da língua francesa, a do tradutor, que havia querido fornecer o equivalente em holandês, e a inteligência dos aprendizes, que queriam aprender a língua francesa. (p. 27)

Do contrário, não haveria emancipação, mas embrutecimento. Embrutecimento porque, ao tomar a desigualdade como princípio, qualquer tentativa de eliminá-la seria uma forma de reproduzi-la, pois a distância que separa o mestre sábio do aluno ignorante se perpetua no ato mesmo de tentar aproximar, em obediência, duas inteligências. Hoje, aprende-se o mais fácil e, em vez de estar emancipado, o aluno, amanhã, será mais uma vez ignorante, pois sempre há um conhecimento mais difícil que o anterior na lógica progressiva de conhecer do mestre explicador.

Para Rancière, a igualdade está na capacidade de conhecer, na igualdade da inteligência presente em todos, não necessariamente na manifestação dessa capacidade. O que diferencia o valor da manifestação de uma inteligência de outra não é a inteligência em si mesma, mas a vontade empenhada na descoberta. Essa sim pode ser submetida a outra (p. 32). Por isso a importância do “querer” de Fénelon, do tradutor e dos alunos: a aventura de Jacotot o levou a declarar a igualdade das inteligências, as

incongruências do princípio de desigualdade da explicação e a vontade, que resulta no valor da manifestação das inteligências. Ou seja, a vontade dos envolvidos na produção e na leitura dos objetos.

São esses princípios que embasam a categoria de espectador emancipado proposta por Rancière. O “mal” do espectador pode ser interpretado como fruto de uma partilha do sensível expressa em oposições que se estabelecem entre imagem/realidade, atividade/passividade, posse de si/alienação (RANCIÈRE, 2012, p. 16-17). A redistribuição da partilha do sensível encontra-se, para o autor, no questionamento dessas oposições e, uma vez questionadas, colocam em xeque a operacionalização de conceitos como ideologia e alienação, responsáveis por interpor, entre um sujeito e outro, a distância que separa aquele que sabe daquele que ignora. Portanto, o autor nega que a realidade seja distorcida, que por trás dos objetos artísticos, das palavras e das coisas haja uma verdade perdida da qual os sujeitos teriam sido separados e, por isso, precisaria ser recuperada, pois “na lógica da emancipação há sempre entre o mestre ignorante e o aprendiz emancipado uma terceira coisa - um livro ou qualquer outro escrito - estranha a ambos e à qual eles podem recorrer para comprovar juntos o que o aluno viu, o que disse e o que pensa a respeito” (p. 19).

O espectador é, portanto, emancipado quando há ruptura entre qualquer tentativa de identificação entre a intencionalidade daquele que cria determinado objeto artístico e o efeito que este deve causar naquele que o recebe. Entre o escritor e o leitor, o pintor e o contemplador há sempre um objeto que medeia a distância entre ambos, sem pertencer a nenhum dos dois. A experiência sensível que dele se obtém, o que dele se pode fazer, dizer, ver e ouvir, ou que nele é feito, dito, visto e ouvido é comprovado nele mesmo, a partir de inteligências iguais, movidas

igualmente, ou não, pela vontade, responsáveis por bagunçar a partilha desigual do sensível.

4. *Um diálogo possível?*

Tendo em vista a vasta produção intelectual empreendida por Certeau e Rancière, bem como a complexidade dos conceitos por eles elaborados, que em muito ultrapassam as tradicionais fronteiras entre as disciplinas que compõem o campo das humanidades, as considerações anteriores buscaram apresentar alguns dos principais princípios percebidos na elaboração das categorias de usuário ou consumidor/ produtor e espectador emancipado propostas pelos respectivos autores. Pensamos, assim, ser possível estabelecer um diálogo, sendo este entendido também como conflito, entre ambos.

Ao recordar que não se deve tomar os outros por idiotas, ou pressupor que os incapazes são capazes, Certeau e Rancière lançam as pedrinhas que fazem falhar as engrenagens de uma formação intelectual que vê na diferença, carência; no ordinário ou no qualquer, apenas ignorância e passividade, sendo necessário instruí-los ou escrevê-los, ignorando o que já conhecem e escrevem (ou produzem) a partir daquilo que lhes chega ou que lhes acontece.

Para isso, Michel de Certeau concebe como princípio a existência das táticas: o movimento em território inimigo que aguarda, como em uma operação de caça, a distração do lugar panóptico da estratégia, fazendo este ser vencido pelo tempo, esperando a ocasião para lhe desferir golpes: são as astúcias dos fracos na produção do cotidiano que, não sendo apenas reprodução, produzem diferença, ainda que no seio da cultura imposta. Para Rancière, o princípio está na igualdade das inteligências: não se trata de reduzir desigualdades entre o que sabe, o que vê a ignorância do outro e, sabendo reconhecê-la e tratá-la, busca diminuí-la. Independente do lugar ocupado na

partilha do sensível, essa igualdade primeira é responsável pelo dissenso, por embaralhar uma partilha desigual do sensível.

Diante da anunciada totalidade da “sociedade do consumo” ou da imposição cultural, ambos autores nos incitam a refletir sobre o outro, os ordinários dessa “massa” anônima e marginalizada, ainda que numerosa; o qualquer, ao qual cabe a parte dos que não possuem parte alguma, não como indivíduos passivos, alheios a eles mesmos e à realidade que, falseada, depende de alguém que possa ver e ouvir a verdade escondida para que esta possa ser vista e ouvida devidamente. Mas apesar de parecerem amplamente concordantes, aí também há discordâncias entre os autores. Para Rancière, a igualdade das inteligências pode ser declarada, pois é possível comprovar as manifestações dela a partir do próprio objeto. Para Certeau, as táticas existem e podem ser especificadas não voltando-se para os objetos, mas para as maneiras de fazer, produzir algo com o objeto.

Acerca da leitura, especificamente, Michel de Certeau (1994) diz tratar-se de uma “produção silenciosa”, “metamorfose do texto pelo olho que viaja” (p. 49) e, prosseguindo, afirma que o leitor

insinua as astúcias do prazer e de uma reapropriação no texto do outro: aí vai caçar [...]. Astúcia, metáfora, combinatória, esta produção é igualmente uma “invenção” de memória. Faz das palavras as soluções de histórias mudas. O legível se transforma em memorável: Barthes lê Proust no texto de Stendhal, o espectador lê a paisagem de sua infância na reportagem de atualidades. A fina película do escrito se torna um remover de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor.

Esta mutação torna o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado. (*Ibidem*)

Não se trata do indivíduo poder ver ou não Proust nos textos de Stendhal, como o faz Roland Barthes. Trata-se da prática que se realiza no momento em que a leitura se faz leitura, como um “apartamento alugado” no qual o leitor vai habitar, nas páginas nas quais “vai caçar”. Tampouco trata-se de um retorno ao indivíduo, uma vez que neste sempre atuam, de forma contraditória e plural, as determinações também de relações sociais (p. 38). Trata-se das operações realizadas pelos sujeitos com o objeto, independente de qual seja a intenção de sua produção, no qual o mundo do leitor habita o do autor, fazendo “das palavras as soluções de histórias mudas”, que, nem porque pequenas, seriam unicamente individuais e, por isso, descartáveis.

Sobre a emancipação do espectador, Rancière considera como ponto de partida o questionamento das oposições que o relegam ao lugar da passividade. Neste sentido, a emancipação começa

quando se compreende que as evidências que assim estruturam as relações do dizer, do ver e do fazer pertencem à estrutura de da dominação e da sujeição. Começa quando se compreende que olhar é também uma ação que confirma ou transforma essa distribuição de posições. O espectador também age [...]. Ele observa, seleciona, compara, interpreta. Relaciona o que vê com muitas coisas que viu em outras cenas, em outros tipos de lugares. Compõe seu próprio poema com os elementos do poema que tem diante de si. (RANCIÈRE, 2012, p. 17)

Assim como o leitor que habita o texto como quem habita um “apartamento alugado”, movendo-se entre os cômodos separados pelas paredes por outro construídas, levando tudo que lhe pertence e que lhe chegou em um momento anterior a esta estadia, o espectador também observa, relacionando o que vê com muitas das coisas que, em algum momento, já fizeram parte de outra paisagem, cena ou sonho por ele observados. Assim como o usuário faz com os fragmentos da cultura em Certeau, o espectador de Rancière “compõe seu próprio poema com os elementos do poema que tem diante de si”, relacionando,

comparando e interpretando esses elementos com experiências que já o atravessaram antes.

Porém, o objeto ganha mais centralidade em Jacques Rancière que em Michel de Certeau. A proposta de um consumidor também produtor, em Certeau, não é gratuita. O autor pretende questionar a oposição entre um e outro porque percebe que, em meio a mais uma forma de imposição cultural, notadamente os produtos culturais produzidos industrialmente, sua totalidade possui falhas instauradas pelos desvios que se apresentam nos usos desses mesmos produtos. Desvios estes de práticas e astúcias milenares, que produziram diferenças também em outras formas de imposição na história.

Já a proposta de Rancière sobre um espectador emancipado parece questionar a oposição entre atividade/passividade que pode se expressar no momento mesmo de criação (produção) de qualquer objeto artístico, justamente por querer antecipar e estabelecer um efeito sobre o público ao qual se destina. Querer destinar algo a um público específico já é, em si, problemático, uma vez que pressupõe um fazer, ouvir e ver específicos a esse público, constituindo para ele um lugar na partilha do sensível: um lugar do qual se deve fazer, ver ouvir algo determinado, de determinada maneira. Rancière parece querer, com isso, dizer que a arte não está morta e totalmente cooptada pela lógica da mercadoria. Por isso concentra-se nela.

Em uma entrevista realizada pela Revista Cult, Gabriela Longman e Diego Viana fazem a seguinte pergunta ao filósofo sobre o livro em questão: “Seu último livro, *Le spectateur émancipé*, menciona o teatro, as artes performáticas, a fotografia, as artes visuais e o cinema, mas não fala de TV. O espectador de TV também é ativo?”. Rancière responde:

No meu livro, eu tentei reinterpretar a relação das pessoas com o espetáculo sem me interessar tanto pela questão das mídias.

Mas me centrei mais na ideia, tão comum, de que “agora não há nada mais além da TV... não há mais arte, não há mais cultura, não há mais literatura, nada”.

Há casos em que o espectador está na frente da TV mudando de canal sem prestar atenção ao que está vendo. Eu me preocupei mais com o cinema, as artes plásticas, nos quais uma relação forte do olhar está pressuposta. A TV, de modo geral, não pressupõe um olhar forte, mas um olhar alienado ou distraído.

No espetáculo, o espectador de teatro é levado a trabalhar, porque aquilo que ele tem à sua frente o obriga a um trabalho de síntese. É preciso sair de uma peça, de uma exposição ou do cinema com certa ideia na cabeça, o que não necessariamente é o caso da televisão, em que as coisas podem simplesmente passar.

Já um lugar onde os espectadores se encontram, para as artes performáticas, por exemplo, implica um recorte fechado no tempo. Não é uma questão de suporte, mas do tipo de atitude e de atenção criadas. Podemos nos colocar na frente de um filme de TV com a postura de quem está no cinema. Nesse momento, nós agimos como o espectador de cinema. (RANCIÈRE, 2010)

Enquanto para Certeau, ainda que o objeto ou sua situação de consumo pressuponha “um olhar alienado ou distraído”, os sujeitos fazem um trabalho de síntese, criando desvios a partir dos próprios usos que dele fazem, das práticas empregadas no cotidiano; para Rancière, há situações específicas em que essa síntese pode ser feita, pois incitam “atitude” e “atenção” que não necessariamente são mobilizadas diante de atividades cotidianas como, por exemplo, assistir à TV e mudar de canal. O espectador é emancipado, pois, diante dessas situações específicas, a igualdade de inteligências pressupõe que qualquer um, independente do lugar que ocupe ou da ocupação que exerça, é capaz de fazer sua própria síntese, de manifestar a igualdade das inteligências, assim como os trabalhadores que passeavam no campo ou liam literatura depois das horas de trabalho. Para Certeau, a lógica que Rancière procura inverter é invertida de um modo diferente: o cotidiano se constitui como tal, e não como

rotina, porque no próprio espaço de trabalho, no próprio espaço escolar ou no próprio espaço diante da TV, ainda que sob o domínio de estratégias, os sujeitos subvertem seus pressupostos desferindo nestas suas próprias táticas, trazendo para dentro dessas situações os fragmentos de cultura que lhes escapam.

5. *Considerações Finais*

Michel de Certeau e Jacques Rancière percorreram, com suas obras, temas fundamentais para a compreensão do século XX. O objetivo geral deste artigo foi, neste sentido, problematizar um tema presente na obra de ambos: a recuperação dos atores sociais ante abordagens que, usualmente, não os levavam em consideração. Para isso, elegemos a obra *O espectador emancipado* (RANCIÈRE, 2012) e *A invenção do cotidiano* (CERTEAU, 1994).

Para a construção do texto, optou-se por apresentar primeiramente o contexto francês da segunda metade do século 20 (momento no qual os autores produziram) para, em seguida, apresentar as categorias de usuário ou consumidor/produtor, propostas por Certeau, e espectador emancipado, proposta por Rancière – categorias fundamentais para a percepção da ação dos sujeitos. A partir disto, procurou-se compreender as similitudes e diferenças entre seus pensamentos.

A partir da crítica ao estruturalismo estabelecida por ambos os autores e do diálogo crítico com pensadores como Pierre Bourdieu, Michel de Certeau e Jacques Rancière perceberam a validade dos sujeitos enquanto atores sociais relevantes – Certeau dirá que o homem comum não é um idiota (1994); Rancière, que o homem comum é capaz (2012). Nestes termos, ambos pensam e problematizam o Outro, o comum e o ordinário, aqueles que são usualmente marginalizados pelos próprios documentos da cultura

– para lembrarmos da célebre imagem proposta por Walter Benjamin (1994b). Há, contudo, diferenças profundas que devem ser levadas em conta: enquanto Rancière coloca o objeto na centralidade de sua análise; Certeau vira o olhar para as possibilidades apresentadas pelas mil maneiras de fazer dos sujeitos.

São várias as possibilidades de diálogo entre Certeau e Rancière. Alguns encontram profunda confluência. Outras, se repelem profundamente. Neste sentido, mais do que encerrar uma discussão comparativa, propomos uma apresentação dialógica entre os autores que, certamente, não se esgota aqui e que pode/deve ser revisitada em prol da análise do Outro que, em várias instâncias, somos nós.

6. *Referências Bibliográficas*

- ALTHUSSER, L. et al. **Ler o Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- AVELAR, A. de S.; BENTIVOGLIO, J. Michel de Certeau (1925-1986). In: _____ (orgs). **Afirmção da história como ciência no século XX**: de Arlette Farge a Robert Mandrou. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 103-118.
- BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 197- 221a.
- _____. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 222- 234b.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

- _____. **A cultura no plural**. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- CHARTIER, R. **Escribir las prácticas**: Foucault, de Certeau, Marin. Buenos Aires: Manantial, 1996.
- COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEITE, R. P. A inversão do cotidiano: Práticas sociais e rupturas na vida urbana. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, pp. 737-756, 2010.
- MATTOS, F. A. M. Elementos explicativos da expansão econômica dos Anos Dourados (1945-1973). **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1 (97), pp. 29-52, jan./mar. 2005.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- _____. Rancière: ‘A política tem sempre uma dimensão estética’, 2010. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- _____. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. **O desentendimento: política e filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2018.
- _____. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SKLIAR, C. Jacotot-Rancière ou a dissonância inaudita de uma pedagogia (felizmente) pessimista. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 229-240, abr. 2003.

- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n. 1, pp. 55-41, jan./jun. 2009.
- _____. Michel de Certeau: historiador-vagabundo, jesuíta-errante. **Educação. Pedagogia contemporânea**, São Paulo, n. 3, 2010, p. 76-90.
- _____.; SALVADORI; M. A. B.; COSTA, A. L. J. Cultura e História da Educação: diálogos com Michel de Certeau e E. P. Thompson. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 19, n. 1 (25), p. 1-25, 2019.
- _____.; FILHO, L. M. F. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 37-70, 2003.
- VOJNIAK, F. Maio de 68 e o “efeito Bourdieu”: críticas ao estruturalismo althusseriano e ao reprodutivismo bourdieusiano em Jacques Rancière. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 341 - 377, abr./jun. 2018.
- WOODWARD, A. **Nietzscheanismo**. Petrópolis: Vozes, 2016.